



Prefeitura Municipal de Apiacá



EDITAL
Pregão Eletrônico Nº 000003/2026

INFORMAÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 000003/2026

PROCESSO:

003731/2025;

CONTRATANTE (UASG):

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ (985609);

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 3.646.285,22 (três milhões e seiscentos e quarenta e seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos);

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 24 de março de 2026, às 13:00 horas (horário de Brasília);



Prefeitura Municipal de Apiacá



CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote;

MODO DE DISPUTA:

Aberto;

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

PREÂMBULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ-ES

UASG 985609

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000003/2026

(Processo Administrativo nº 003731/2025)

ID CidadES TCE/ES nº 2026.008E0700001.01.0003.

Torna-se público que o (a) **MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES**, com sede administrativa na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº - Centro - Apiacá-ES, CNPJ nº 27.165.604/0001-44, por meio do Setor de Compras, Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente Edital e seus anexos estarão disponíveis nos endereços abaixo, onde também poderão ser obtidos maiores



Prefeitura Municipal de Apiacá



informações, esclarecimentos de dúvidas, envio de impugnações, recursos etc, em dias úteis, de segunda à quinta, das 12h às 18h, e às sextas, das 12h às 16h:

E-mail: licitacao@apiaca.es.gov.br;

Tel.: (28) 3557.1300;

Facebook: [licitacaoapiaca](#);

Portal da Transparência: <https://apiaca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34>;

Site: <https://site.apiaca.es.gov.br/licitacoes>.

Local da Licitação: **Ambiente eletrônico/virtual do ComprasGov**;

UASG: **985609 - Prefeitura Municipal de Apiacá-ES**;

Endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br, "Acesso Identificado"**;

Além da legislação regente em matéria de licitações e contratos administrativos, em especial a Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será regido pela seguinte legislação:

- Constituição Federal, Art. 205, Art. 206, inciso I e Art. 208, inciso VII;
 - Lei nº 9.394/96 e suas alterações, Art. 10, inciso VII;
 - Lei nº 8.069/90, Art. 54, inciso VII;
 - Lei Federal nº. 14.133 de 01 abril de 2021.
 - Lei nº 10.520/2002.
 - Lotes por Veículo das Linhas Estaduais e Compartilhadas;
 - Mapas das Linhas Estaduais e Compartilhadas;
 - Calendário Escolar Municipal;
 - Calendário Escolar Ensino Regular Estadual Diurno;
 - Calendário Escolar EJA Noturno;
 - Manual para Gestão do Transporte Escolar;
 - Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01-R, de 08 de agosto de 2020;
 - Portaria nº 013-R de 28/01/2021 - Estabelece Normas, Procedimentos de execução, acompanhamento e prestação de contas dos recursos financeiros do PETE/ES - Programa Estadual de Transporte Escolar;
 - Lei nº 9.999 - Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Espírito Santo.
 - Instrução de Serviço N N° 93, de 23 de Junho de 2016.
 - Portaria N° 036-R, de 19 de abril de 2013 (DO-ES 22/04/2013)
-



Prefeitura Municipal de Apiacá



- Folder MPES;
- Portaria Nº 043-R, de 31 de março de 2016 (DO-ES 01/04/2016)
- DECRETO Nº 3277-R, DE 09 DE ABRIL DE 2013. Regulamenta o funcionamento do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE/ES, instituído pela Lei nº 9.999/2013.
- PARECER/CONSULTA TC-018/2015 - PLENÁRIO / PROCESSO - TC-12625/2015

1 - DO OBJETO:

1 - DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é a (o) **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 **IMPORTANTE:** As especificações técnicas dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (Relação de Itens) geralmente são obtidas a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editáveis, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tais especificações não corresponderem às descrições do Termo de Referência, prevalecerão as que constem no TR (Termo de Referência).

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à



Prefeitura Municipal de Apiacá



correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme



Prefeitura Municipal de Apiacá



§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13 Recomenda-se às empresas interessadas em participar da presente licitação que seja realizada **VISITA TÉCNICA** nos locais em que os serviços serão executados, a fim de examinar todos os detalhes e tomar ciência das características do local, eventuais dificuldades para a sua execução e demais informações necessárias à elaboração da proposta, até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.

2.13.1 A não realização da visita técnica não será fator para desclassificação da empresa licitante. Porém, não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos, atrasos na realização dos serviços ou paralisações, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes destes fatos.

2.13.2 O agendamento da visita deve ser realizado com o Setor de Licitação, através do e-mail licitacao@apiaca.es.gov.br, das 12h às 16h, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

2.13.3 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada através de e-mail com confirmação, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Apiacá



3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 Sobre as condições de participação:

- a) Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) Declara que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.3.2 Sobre as declarações para fins de habilitação:

- a) Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- b) Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- e) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.3.3 Sobre as declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

- a) Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- b) Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de



Prefeitura Municipal de Apiacá



apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 valor unitário e total do item;

4.1.2 marca / modelo / fabricante;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



Prefeitura Municipal de Apiacá



4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

4.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico,



Prefeitura Municipal de Apiacá



sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **RS 0,01 (um centavo)**.

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até



Prefeitura Municipal de Apiacá



cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA FECHADO E ABERTO**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006,



Prefeitura Municipal de Apiacá



regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2 empresas brasileiras;

5.21.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



Prefeitura Municipal de Apiacá



5.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO:

6 - DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



Prefeitura Municipal de Apiacá



6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;

6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos



Prefeitura Municipal de Apiacá



complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18 Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FINS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, PODERÁ SER SUBSTITUÍDA PELO REGISTRO CADASTRAL NO SICAF.

7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por



Prefeitura Municipal de Apiacá



qualquer outro meio admitido pela Administração.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4 A HABILITAÇÃO SERÁ VERIFICADA POR MEIO DO SICAF, NOS DOCUMENTOS POR ELE ABRANGIDOS.

7.4.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.5.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.6 A verificação pelo Agente de Contratação / Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação / Pregoeiro.

7.7 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.8.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação / Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.6.1.

7.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.14 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Apiacá



7.14.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresa individual, **INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS**;
- b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO EM VIGOR**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO NO CASO DE SOCIEDADES CIVIS**, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

7.14.2 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de **INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA** - CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- b) **PROVA DE A INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES ESTADUAL E/OU MUNICIPAL**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de **REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL**, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- d) Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual ou Certidão de Não Contribuinte.
- e) Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL** da sede da licitante, mediante Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte.
- f) Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS**, por meio de Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- g) Prova de **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da sede da licitante, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, que será verificada "on-line" pela COMISSÃO na data de entrega da documentação de habilitação.

7.14.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência:

a.1 - O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos itens contratados;

a.2 - O (s) atestado (s) deverá (ão) contemplar, em relação às parcelas de maior relevância ou valor



Prefeitura Municipal de Apiacá



significativo do objeto, a quantidade de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no Termo de Referência;

a.3 - Serão consideradas de maior relevância ou valor significativo, as parcelas que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação;

a.4 - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

a.5 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.5.1 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.5.2 - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.6 - Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio;

a.7 - O Agente de Contratação / Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na legislação.

7.14.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO RELATIVO AOS 02 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

I) Termo de Abertura;

II) Termo de Encerramento;

III) Balanço Patrimonial;

IV) Demonstração de Resultado do Exercício;

V) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas "a" e "b" acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b) A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos



Prefeitura Municipal de Apiacá



apresentados no item anterior, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

b.1) Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente - igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral - igual ou maior que 1,0;

III. Índice de Solvência Geral - igual ou maior que 1,0.

b.2) As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, no mínimo de 10% (dez por cento) da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados.

I - Para os consórcios, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem b.2, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido ao licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 20% (vinte por cento).

II - O acréscimo previsto no subitem anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definida em lei.

b.3) O exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de MAIO do ano subsequente, para as Licitantes que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de ABRIL do ano subsequente, para as demais licitantes.

b.4) Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

b.5) Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais



Prefeitura Municipal de Apiacá



informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

b.6) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, poderão ser apresentados de forma cumulativa, quando a informação do último exercício, constar os dois períodos.

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.14.5 **DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO III):**

7.14.5.1 A Declaração Unificada abrange as seguintes declarações:

a) **DECLARAÇÃO** de que a licitante atende aos requisitos de habilitação;

b) **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) **DECLARAÇÃO** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

e) **DECLARAÇÃO** de atendimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro de empregado (s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

f) **DECLARAÇÃO** de Inexistência de Parentesco, atestando que no quadro da empresa de sócios ou empregados em vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES e/ou do Fundo Municipal de Saúde de Apiacá, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

g) **PARA ME's / EPP's: DECLARAÇÃO** de que no ano em que se realiza a licitação ainda não celebrou contratos com a Administração Pública em valores que extrapolem a receita bruta máxima admitida para o respectivo enquadramento, conforme art. 4º, § 2º, da Lei 14.133/2021.

7.14.5.2 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.15 OS LICITANTES QUE INVOCAREM A CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA FINS DE EXERCÍCIO DE QUAISQUER DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, assim como na Lei Municipal nº 736/2007, e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

7.15.1 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo o delineamento do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

7.15.2 - Caso a licitante seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, poderá apresentar, em substituição à Certidão expedida pela Junta Comercial, o **COMPROVANTE DE OPÇÃO OBTIDO NO SITE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, no seguinte endereço eletrônico:



Prefeitura Municipal de Apiacá



<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>;

8 - DO CONTRATO:

8 - DO CONTRATO:

8.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.2 O Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega da via original no Setor de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal.

8.3 Como **condição para assinatura do contrato**, a empresa vencedora deverá apresentar, sob pena de decair o direito de contratação, os seguintes documentos:

- a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, com respectivo seguro DPVAT quitado e registrado na categoria aluguel, de todos os veículos ofertados;
- b) Laudo de vistoria de verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, emitido por uma das ITL's (Instituição Técnica Licenciada) ou ETP's (Entidades Técnicas Paraestatais) na forma do artigo 136 do CTB e escopos da Resolução 232 do CONTRAN através do sistema SISESCOLAR do DETRAN/ES, atestando o atendimento às normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- c) Relação completa dos condutores dos veículos, com cópias de suas Carteiras Nacional de Habilitação, Categoria "D" ou "E", bem como certificado de aprovação no Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte de Escolares nos termos da Resolução CONTRAN nº 168, de 22 de dezembro de 2004, expedido por entidade de ensino devidamente autorizada pelo DETRAN/ES;
- d) Nada consta de multas dos veículos, expedido em prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- e) **Disponibilizar veículo com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação e em perfeita condição de utilização e apresentação, com os equipamentos obrigatórios, devidamente registrado e licenciado.**

9 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:



Prefeitura Municipal de Apiacá



9.1 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

070002.1236100072.029 - Manutenção do Transporte Escolar

33903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

150000250000 - Receita de impostos e de transferência de impostos - MDE - Ficha 256

154000300000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e transferências de impostos - 30% - Ficha 256

155000000000 - Transferência do Salário Educação - Ficha 256

155300000000 - Transferências de recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) - Ficha 256

157600000000 - Transferências de recursos dos Estados para programa de educação - Ficha 256

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10 - DOS RECURSOS:

10 - DOS RECURSOS:

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **15 (quinze) minutos**.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade



Prefeitura Municipal de Apiacá



superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através dos contatos informados no início do presente edital.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

11.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Prefeitura Municipal de Apiacá



11.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

11.2.1 - advertência;

11.2.2 - multa;

11.2.3 - impedimento de licitar e contratar;

11.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A sanção prevista no item 11.2.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5 A sanção prevista no item 11.2.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1.

11.6 A sanção prevista no item 11.2.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7 A sanção prevista no item 11.2.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 11.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8 A sanção estabelecida no item 11.2.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

11.9 As sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item



Prefeitura Municipal de Apiacá



11.2.2.

11.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11 A aplicação das sanções previstas no item 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12 Na aplicação da sanção prevista no item 11.2.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.13 A aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.14 Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.15 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.16 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.17 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.13;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.18 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.19 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.20 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

11.20.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma



Prefeitura Municipal de Apiacá



empresa e derivadas de contratos distintos.

11.21 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

11.21.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.22 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.22.1 A sanção pelas infrações previstas nos itens 11.1.8 e 11.1.12, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.23 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.23.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, a multa será de 0,5% a 2% do valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.23.2 Para a infração prevista no item 11.1.3, a multa será de 2% a 5% do valor do contrato;

11.23.3 Para as infrações previstas nos itens 11.1.2, 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10 e 11.1.11, a multa será de 5% a 20% do valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.23.4 Para a infração prevista no item 11.1.12, a multa será de 20% a 30% do valor estimado do objeto da licitação ou do valor do contrato, conforme o caso.

11.24 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.25 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.26 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.27 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12, bem como pelas infrações



Prefeitura Municipal de Apiacá



administrativas previstas nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.28 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.29 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.30 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.31 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.32 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.33 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios informados no início deste Edital.

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



Prefeitura Municipal de Apiacá



12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços do preâmbulo do Edital.

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Relação de Itens / Lotes;

13.11.2 ANEXO II - Termo de Referência;

13.11.3 ANEXO III - Modelo Declaração Unificada;

13.11.4 ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;

Apiacá-ES, **23 de fevereiro de 2026.**



Prefeitura Municipal de Apiacá



MÁRCIO JOSÉ DE MELO CHIERICI

Prefeito Municipal

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO (S) OBJETO (S) - RELAÇÃO ITENS / LOTES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000003/2026-PMA

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO (S) OBJETO (S) - RELAÇÃO ITENS / LOTES

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES

<i>Lote</i>	<i>Ítems</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
00001	1	Lote 00001 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 1 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	9.660,000		
00002	1	Lote 00002 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 2 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	8.878,000		
00003	1	Lote 00003 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 3 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	9.154,000		
00004	1	Lote 00004 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 4 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	19.113,00 0		



Prefeitura Municipal de Apiacá



00005	1	Lote 00005 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 5 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	26.749,00 0		
00006	1	Lote 00006 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 6 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	16.376,00 0		
00007	1	Lote 00007 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 7 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	17.894,00 0		
00008	1	Lote 00008 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 8 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	25.346,00 0		
00009	1	Lote 00009 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 9 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	21.620,00 0		
00010	1	Lote 00010 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 10 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	9.200,000		
00011	1	Lote 00011 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 11 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	10.580,00 0		
00012	1	Lote 00012 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 12 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	10.580,00 0		
00013	1	Lote 00013 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 13 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	11.500,00 0		
00014	1	Lote 00014 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 14 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	12.880,00 0		
00015	1	Lote 00015 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 15 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	14.720,00 0		
00016	1	Lote 00016 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 16 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	15.180,00 0		



Prefeitura Municipal de Apiacá



00017	1	Lote 00017 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 17 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	15.640,00 0		
00018	1	Lote 00018 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 18 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	11.500,00 0		
00019	1	Lote 00019 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 19 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	14.720,00 0		
00020	1	Lote 00020 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 20 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	10.120,00 0		
00021	1	Lote 00021 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 21 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	19.550,00 0		
00022	1	Lote 00022 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 22 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	15.180,00 0		
00023	1	Lote 00023 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 23 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	10.120,00 0		
00024	1	Lote 00024 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 24 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	6.900,000		
00025	1	Lote 00025 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 25 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	11.224,00 0		
00026	1	Lote 00026 TRANSPORTE ESCOLAR - LINHA 26 conforme itinerários, escolas destino, turnos, poderes públicos, quilômetros diários, necessidade de monitores e quantidade de alunos descritos no termo de referência anexo ao edital		KM	9.660,000		



Prefeitura Municipal de Apiacá



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000003/2026-PMA

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES



TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE APIACÁ ES

01.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO

Contratações de empresa ou cooperativa especializada para executar o serviço **TRANSPORTE ESCOLAR**, com fornecimento de veículo, motorista e insumos, sob a forma de fretamento, destinados a atender ao serviço de Transporte Escolar para atendimento aos alunos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) residentes no município de Apiacá-ES, **pelo período de 230 (duzentos e trinta) dias letivos**, conforme roteiros, quilometragens e número de alunos a serem atendidos, sendo que os roteiros e km rodados por dia foram baseados em documentação já anexada nestes autos.

1.2. AGRUPAMENTO: O serviço de transporte escolar demanda uma operação logística altamente dinâmica e complexa, caracterizada por frequentes ajustes ao longo de sua execução. Tais ajustes decorrem de fatores como a variação da quilometragem percorrida, a necessidade de adequação da frota (quantidade e tipo de veículos), alterações na alocação de motoristas e monitores, bem como modificações no número de alunos e turnos atendidos.

1.3. Portanto, justifica-se a contratação do objeto de forma único, a fim de garantir a eficiência, continuidade e a flexibilidade indispensáveis à prestação do serviço. Essa abordagem assegura a viabilidade técnica e administrativa da execução contratual, conferindo maior segurança ao atendimento das necessidades da administração pública e dos usuários finais do serviço.

1.4. Natureza do serviço: os serviços ora demandados caracterizam-se como contínuos, conforme previsto no inciso XV, do Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, in verbis:

XV – serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

1.5. Caracterização do serviço: os serviços, objeto da presente contratação, são classificados como comuns, posto que possuem especificações e características definidas com padrões usuais de mercado e podem ser adquiridos pelo critério de menor preço.

1.5.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bens de luxo, nos termos do Decreto nº 5.352-R, de 2023.

1.6. Vigência: O prazo de vigência contratual terá início a partir da data da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado, e terá duração de 12 (doze) meses estimando-se aproximadamente 230 (duzentos e trinta) dias letivos, podendo ser prorrogado, conforme estabelece o artigo 106 e 107 da Lei Federal nº. 14.133/21.

1.6.1. A Administração terá a opção de extinguir o contrato antes do fim da vigência, sem ônus, quando não dispuser de saldo para sua continuidade.

1.6.2. Destacamos que de acordo com o Parecer/Consulta TC-018/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, declarado no Processo TC-12625/2015, o transporte escolar deve ser considerado de natureza contínua.

1.6.3. A fixação de prazo encontra respaldo pelos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando se tratar de prestação de serviços contínuos. Tal medida contribui



para a estabilidade da prestação dos serviços, a redução de custos administrativos com processos licitatórios recorrentes e a eficiência na gestão contratual.

- 1.6.4. **Prazo para assinatura do contrato:** em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da convocação pela área responsável pela formalização, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo de ser responsabilizado administrativamente pelas condutas previstas nos incisos VI e VII do art. 155, da Lei Federal 14.133, de 2021.

02. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO SERVIÇO

Desde logo, vale dizer que o Município não dispõe de veículos e mão de obra necessária à execução dos serviços por conta própria, necessitando, ainda, que estes sejam realizados com a máxima urgência, por tempo determinado, como forma de garantir o indispensável transporte de alunos, com o atendimento pleno das necessidades dos mesmos;

CONSIDERANDO que o Gestor não pode se omitir em tomar todas as medidas cabíveis e legais, de modo a garantir o direito sagrado dos alunos de ter disponível o transporte escolar;

CONSIDERANDO que educação está para a Administração Pública em LOTE de primeira prioridade, inclusive com receita constitucionalmente vinculada, indicando que não cabe qualquer omissão que possa prejudicar seu regular funcionamento;

CONSIDERANDO que o Município não dispõe de veículos para a execução do serviço de transporte escolar;

CONSIDERANDO que houve mudança no procedimento para obter a planilha de preço de referência da SEDU para podermos realizar a licitação, com o novo procedimento temos que realizar as medições das rotas do transporte escolar através do programa de georreferenciamento (**GEOTRACK**) e enviar para SEDU, para então recebermos a planilha de preço dos valores de referência e, ante a isso, demandou-se um certo tempo para um novo procedimento licitatório.

CONSIDERANDO que um processo de licitação, na hipótese, devido sua complexidade por conta de prazos e formalidades que exige, se apresenta incompatível com a solução necessária para o momento;

CONSIDERANDO, ainda, que se não realizada a presente contratação, os alunos correm o risco de ficar sem condução para levá-los à instituição de ensino, ocasionando prejuízos educacionais na medida em que levará o aluno a contrair faltas, comprometendo o rendimento escolar, causando, assim, um enorme prejuízo intelectual aos estudantes que dependem do transporte escolar;

Discorremos, assim, as razões para a contratação deste serviço de transporte escolar, apresentando os necessários fundamentos fático-legais para tanto.

O transporte escolar possui papel fundamental para a viabilização do acesso e permanência dos estudantes nas escolas e principalmente para aqueles que residem distantes da rede escolar.

Em cumprimento do artigo 206 inciso I da constituição federal de 1988 o ensino será ministrado com base no seguinte princípio:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Nos preceitos do artigo 208, inciso VII o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Sendo assim, no Estado do Espírito Santo, a população escolar residente prioritariamente na zona rural vem sendo atendida com transporte escolar por meio de **parcerias com as Prefeituras**



Municipais e através de contratação de empresas e/ou cooperativa de transporte, por processo licitatório realizado por esta Secretaria de Estado da Educação.

No caso específico do município de Apiacá-ES, a execução do transporte escolar é realizada por meio de contratos de prestação de serviço firmado entre empresas terceirizadas através de licitação.

No presente município, mudanças ocorridas na oferta e na organização das Unidades Escolares vêm demandando alterações nas rotas de transporte escolar ao longo dos anos e que acarretaram modificações contratuais que podem atingir o limite máximo estabelecido para aditivos.

Assim, para fins de atendimento a prestação de serviços contará com mão de obra especializada (motorista e monitor), fornecimento dos veículos e os insumos necessários ao bom atendimento diário aos alunos.

A prestação do serviço de Transporte Escolar visa garantir aos alunos, o acesso e a permanência na escola, possibilitando que os mesmos não percam as aulas, com o atendimento pleno das necessidades dos alunos.

03. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E O SERVIÇO A SER CONTRATADO

3.1. A demanda prevista é a Contratação de veículos, sob a forma de fretamento, com seus respectivos condutores, seguro obrigatório e seguro contra danos materiais a terceiros, combustíveis, lubrificantes e manutenção mecânica por conta da Contratada, destinados a atender a Secretaria Municipal de Educação no transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual, cuja interrupção comprometeria o desempenho e a continuidade dos mesmos.

3.2. Os serviços deverão ser desenvolvidos de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – Apiacá ES/ Secretaria Estadual de Educação ES (Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cândida Póvoa).

3.3. As quantidades necessárias para garantir o pleno atendimento dos alunos com serviço de transporte escolar foram estabelecidos com base no processo de roteirização, por meio do mapeamento das rotas de transporte realizado através do georreferenciamento dos alunos, que foram obtidos com auxílio do sistema de informação geográfica (SIG), software livre QGIS e verificação em loco. Mediante as funcionalidades do sistema QGIS foi possível estimar as quantidades dos seguintes elementos que compõe a prestação do serviço:

- A quantidade de veículos, de acordo com sua capacidade máxima (08, 15, 23 ou 41 passageiros). Para definição do tamanho do automóvel em uma determinada linha, calcula-se o número de alunos que serão atendidos por uma rota e qual condição da via para o seu tráfego.
- A quantidade de quilometram diária a ser percorrida em estrada pavimentada e não pavimentada de acordo com perfil do veículo (08, 15, 23 ou 41 passageiros);
- A quantidade de monitores presentes nos veículos. Para definir a presença ou não do monitor, praticamos o que preconiza a Instrução Normativa (ato normativo expedido por uma autoridade administrativa) do DETRAN/ES nº 094 de 19 de junho de 2020.
- Para contratação pretendidas as quantidade estão detalhadas neste termo de referência, abaixo discriminados:

Nº	LINHA	ESCOLAS DESTINO	TURNO	PODER PÚBLICO	KM DIÁRIO	NECESSITA MONITOR	QTDE ALUNOS
1.	BATATAL/ TEIXEIRINHA (PRINCIPAL) /TEIXERINHA (MILHO VERDE) / BATATAL (SÍTIO BONZÃO) / MARQUEZ / MATA BURRO (SÍTIO SÃO SEBASTIÃO) X ESCOLA CANDIDA PÓVOA – 20172508007 (42 KM)	CANDIDA POVOA	MATUTINO	ESTADUAL	42	N	14
2.	PONTE ITABAPOANA / SANTA PAZ / ZE DO OTTO X ESCOLA CANDIDA POVOA – 20172508004 (38,6KM)	CANDIDA POVOA	NOTURNO		38,6		14



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº, Centro – Apiacá-ES – CEP: 29.450-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.	ZONA RURAL DE PONTE ITABAPOANA FAZENDA RECREIRO / MEIA LARANJA / SANTA PAZ X ESCOLA CANDIDA POVOA - 20212508014	CANDIDA POVOA	MATUTINO	ESTADUAL	39,8	N	14
4.	<ul style="list-style-type: none"> PALMITAL / TAQUARAL / SANTA BARBARA / MAXIM X ESCOLA CANDIDA / ESCOLA MARIA DE LOURDES / CASINHA FELIZ 20172508009 (38,4 KM) 2508004 – RETORNO DOS ALUNOS MUNICIPIO (6,3KM) 20212508017 – RETORNO DOS ALUNOS DO ESTADO (38,4KM) 	CANDIDA POVOA MARIA DE LOURDES CASINHA FELIZ	MATUTINO	COMPARTILHADA	83,1	S	14
5.	SANTA RITA / VIZULA / CAPANGA / BATATAL X ESCOLA CANDIDA – 20172508010 (49,8 KM)	CANDIDA POVOA	MATUTINO	ESTADUAL	116,3	N	13
	SANTA RITA / BATATAL / ALTO SANTA FÉ X ESCOLA CANDIDA - 20212508016 (66,5 KM)	CANDIDA POVOA	NOTURNO				13
6.	BARRO BRANCO / SANTA MARIA / BANCO DA TERRA / SANTA FÉ / BARRINHA X ESCOLA CANDIDA / ESCOLA MARIA DE LOURDES – 20182508013 (71,2 KM)	CANDIDA POVOA	MATUTINO	ESTADUAL	71,2	N	14
7.	<ul style="list-style-type: none"> LOTEAMENTO SANTO EXPEDITO / JOSE CARLOS IURU / CASINHA POPULAR / EMEF MARIA DE LOURDES / EEEFM CANDIDA POVOA / CASINHA FELIZ (29,2 KM) – 20172508001 2508005 – RETORNO DOS ALUNOS MUNICIPIO (14,4 KM) 20212508020 – RETORNO DOS ALUNOS ESTADP (23,6 KM) 	CANDIDA POVOA Mª DE LOURDES CASINHA FELIZ CASINHA FELIZ	MATUTINO	COMPARTILHADA	77,8	S	14
	SERRINHA (FAZENDA SÃO MANOEL) / LOTEAMENTO SANTO EXPEDITO / JOSE CARLOS IURU X ESCOLA CANDIDA / ESCOLA MARIA DE LOURDES – 20212508018 (10,6 KM)	CANDIDA POVOA	NOTURNO			N	13
8.	SERRINHA (FAZENDA SÃO MANOEL) / BARRO ALEGRE X ESCOLA MARIA DE LOURDES / CASINHA FELIZ (36 KM)	MARIA DE LOURDES CASINHA FELIZ	MATUTINO	MUNICIPAL	110,2	S	13
	SERRINHA (FAZENDA SÃO MANOEL) / BARRO ALEGRE X IURU X ESCOLA MARIA DE LOURDES CASINHA POPULAR X CASINHA FELIZ (46 KM)	MARIA DE LOURDES CASINHA FELIZ CANDIDA POVOA	VESPERTINO				13
	SERRINHA (FAZENDA SÃO MANOEL) / BARRO ALEGRE X IURU (28,2 KM)						
9.	SOSSEGO (OLARIA) / OLARIA (IGREJA) / TRINDADE (OLARIA) / VARGEM GRANDE (SANTA PAZ) X ESCOLA CANDIDA / ESCOLA MARIA DE LOURDES (30KM)	MARIA DE LOURDES CASINHA FELIZ	MATUTINO	MUNICIPAL	94	S	13
	MATA BURRO (SITIO JOZELI) / BALANÇA/ RUA DO POSTO DE SAUDE / BAIRRO JOSÉ DO OTTO ESCOLA MARIA DE LOURDES (24 KM)	MARIA DE LOURDES CASINHA FELIZ	VESPERTINO				13
10.	<ul style="list-style-type: none"> PALMITAL / TAQUARAL / PALHADINHA / MAXIM X ESCOLA MARIA DE LOURDES (26 KM DIARIO) MATABURRO X ESCOLA MARIA DE LOURDES / CASINHA FELIZ (14 KM DIARIO) 	MARIA DE LOURDES CASINHA FELIZ	VESPERTINO	MUNICIPAL	40	S	14
11.	LIMÃO / PRATINHA X ESCOLA BONSUCESSO (28 KM)	ESCOLA BONSUCESSO	Matutino	MUNICIPAL	46	S	14
12.	CARACOL / CORREGO DA PENHA / PRATA X ESCOLA BONSUCESSO (30KM)	ESCOLA BONSUCESSO	Matutino	MUNICIPAL	46	S	14
13.	ROCHEDO DE BAIXO / ROCHEDO DE CIMA X ESCOLA BONSUCESSO (10KM)	ESCOLA BONSUCESSO	Matutino	MUNICIPAL	50	S	14
14.	LIMÃO / CANTO DO LIMÃO / BOA ESPERANÇA X ESCOLA PASCOAL (22 KM DIARIO) TAQUARUÇU (ESTRADA PRINCIPAL) X ESCOLA PASCOAL (5 KM DIARIO) FAVELA DE BAIXO X ESCOLA PASCOAL (5 KM DIARIO) FAZENDINHA / FAVELA DE CIMA X ESCOLA PASCOAL (16,5KM DIARIO) ESCOLA PACOAL ASTOLFO X ESCOLA BONSUCESSO (7,5 KM DIARIO)	ESCOLA BONSUCESSO	MATUTINO	MUNICIPAL	56	S	13
15.	BOA ESPERANÇA / RUMO / BARRO BRANCO (SITIO ALADIR) / BOM RETIRO / COLONIA / BOA UNIÃO / SITIO DO MEIO / SANTA MARIA X ESCOLA SANTA FÉ (42km) / ALTO SANTA FÉ (ELIAS – ROBERTO CARLOS) / ALTO SANTA FÉ (CANTO DO TAIA) / SANTA FÉ (CANTO DO NILTON) / SANTA FÉ (SITIO DO ADRIANO) / SANTA FÉ (PERTO DO EDMILSON) X ESCOLA SANTA FÉ (22KM)	SANTA FÉ	MATUTINO	MUNICIPAL	64	S	14
16.	ESTRELA / FAZENDA RIO DOCE / SANTA MARIA X ESCOLA SANTA FE / ESCOLA WALDIR MONTEIRO RIO DOCE / RUMO / BOM RETIRO / BOA UNIÃO / SITIO MEIO / BARRINHA / ALTO SANTA FÉ X ESCOLA SANTA FÉ ESCOLA WALDIR (66KM)	WALDIR MONTEIRO	MATUTINO	MUNICIPAL	66	S	14
17.	BANCO DA TERRA BAIXO / BOTAFOGO / SANTA FÉ / ALTO SANTA FÉ X CANTO DO NILSON X ESCOLA WALDIR MONTEIRO (54KM)	WALDIR MONTEIRO	MATUTINO	MUNICIPAL	68	S	14
18.	DONA HELENA / VIZULA X CANTO DO SANDRO X ESCOLA WALDIR (28 KM)	WALDIR MONTEIRO	MATUTINO	MUNICIPAL	50	S	14
19.	SANTA RITA X BANCO DA TERRA DE CIMA X ESCOLA WALDIR (22KM)	WALDIR MONTEIRO	MATUTINO	MUNICIPAL	64	S	14
20.	APIACÁ X ESCOLA SANTA FÉ X ESCOLA WALDIR MONTEIRO (BATATAL) (44KM)	SANTA FÉ WALDIR MONTEIRO	MATUTINO	MUNICIPAL	44	S	25



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁ
Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo, s/nº, Centro – Apiacá-ES – CEP: 29.450-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

21.	APIACÁ X / ESCOLA BONSUCESSO (BONSUCESSO) - PROFESSOR (via Bom Jesus do Norte / São José do Calçado – Jacá / Distrito Bonsucesso)	ESCOLA BONSUCESSO	MATUTINO	MUNICIPAL	85	N	15
22.	APIACÁ X ESCOLA BONSUCESSO (BONSUCESSO) - PROFESSOR	ESCOLA BONSUCESSO	MATUTINO	MUNICIPAL	66	N	15
23.	APIACÁ X ESCOLA WALDIR MONTEIRO (BATATAL) - PROFESSOR	WALDIR MONTEIRO	MATUTINO	MUNICIPAL	44	N	15
24.	APIACÁ X ESCOLA SANTA FE PROFESSOR	SANTA FE	MATUTINO	MUNICIPAL	30	N	14
25.	BARRO BRANCO / FAZENDA RUMO / BOA UNIÃO / SÍTIO MEIO / MATA BURRO X ESCOLA CANDIDA - 20222508021	CANDIDA POVOA	VESPERTINO	ESTADUAL	48,8	N	14
26.	PONTE ITABAPOANA FAZENDA RECREIRO / MEIA LARANJA / SANTA PAZ X ESCOLA CANDIDA POVOA - 20222508023	CANDIDA POVOA	VESPERTINO	ESTADUAL	42	N	14

04. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

4.1. Espera-se com a contratação dos serviços obterem excelentes resultados no atendimento dos trabalhos das Escolas Municipais e Estadual de Apiacá, sendo diário e ininterrupto, obedecendo criteriosamente ao calendário escolar e horários de entrada e saída dos alunos e os serviços a serem prestados, diminuindo assim os custos operacionais e tendo como consequência imediata o transporte dos alunos de Apiacá-ES, proporcionando o bem-estar e prestação de serviço de qualidade.

4.2. A prestação do serviço de Transporte Escolar visa garantir aos alunos, o acesso e a permanência na escola, possibilitando que os mesmos não percam as aulas, com o atendimento pleno das necessidades dos alunos.

4.3. A execução dos serviços de transporte escolar aos alunos da rede Municipal e Estadual de ensino matriculados nas escolas do município e do estado do ES de Apiacá-ES será conforme os seguintes critérios e requisitos contidos nesse Termo de Referência e seus anexos.

05. DO CONTRATO

5.1. O MUNICÍPIO DE APIACÁ convocará o proponente vencedor para assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação formalizada.

5.2. Como **condição para assinatura do contrato**, a empresa vencedora deverá apresentar, sob pena de decair o direito de contratação, os seguintes documentos:

- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, com respectivo seguro DPVAT quitado e registrado na categoria aluguel, de todos os veículos ofertados;
- Laudo de vistoria de verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, emitido por uma das ITL's (Instituição Técnica Licenciada) ou ETP's (Entidades Técnicas Paraestatais) na forma do artigo 136 do CTB e escopos da Resolução 232 do CONTRAN através do sistema SISESCOLAR do DETRAN/ES, atestando o atendimento às normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- Relação completa dos condutores dos veículos, com cópias de suas Carteiras Nacional de Habilitação, Categoria "D" ou "E", bem como certificado de aprovação no Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte de Escolares nos termos da Resolução CONTRAN nº 168, de 22 de dezembro de 2004, expedido por entidade de ensino devidamente autorizada pelo DETRAN/ES;
- Nada consta de multas dos veículos, expedido em prazo não superior a 30 (trinta) dias.
- Disponibilizar veículo com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação e em perfeita condição de utilização e apresentação, com os equipamentos obrigatórios, devidamente registrado e licenciado.**

06. DAS OBRIGAÇÕES DA FUTURA CONTRATADA

6.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.



6.2. Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado.

6.3. Cumprir rigorosamente os prazos contratuais.

6.4. Assumir todos e quaisquer ônus com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e impostos operacionais decorrentes deste contrato, ficando excluído a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades perante terceiros por parte de atos decorrentes dos empregados da CONTRATADA.

6.5. Assumir total responsabilidade por danos causados à Prefeitura Municipal de Apiacá ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, isentando-o de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos e seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução da prestação dos serviços.

6.6. Desenvolver os serviços objeto deste Contrato sempre em regime de entendimento com a fiscalização.

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8. Após assinatura do contrato, a Empresa vencedora deverá ter em seu poder os seguintes documentos:

a) Termo de autorização atualizado e no interior do veículo;

b) Selo de conformidade emitido pela Instituição Técnica licenciada pelo DETRAN/ES e se o mesmo está na validade (1º semestre 2013/ 2º semestre de 2013/1º semestre 2014);

c) crachá de credenciamento de condutor emitido pelo DETRAN/ES;

6.9. Adesivar os veículos contratados nos padrões estabelecidos pelo DETRAN/ES, como veículo ESCOLAR a serviço da Prefeitura Municipal de Apiacá – ES.

6.10. Prestar os serviços e executar a entrega dos quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência, considerando as especificidades de cada item que compõe o objeto;

6.11. Após a assinatura do contrato e antes do início da execução e/ou sempre que exigido pela CONTRATANTE será necessária a apresentação da cópia dos documentos DOCUMENTOS PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL, no prazo máximo de 10 dias, a contar da data da formalização do pedido pela administração.

6.12. Participar de reuniões convocadas pela Contratante com o objetivo de planejar e receber as orientações para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como promover reuniões sempre que as partes julgarem necessárias;

6.13. Estabelecer contato permanente com gestor e/ou fiscal do contrato durante a execução do serviço, a fim de manter a fiscalização informada, bem como para encaminhamentos acerca de possíveis imprevistos;

6.14. Manter a regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato;

6.15. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais, que possam advir dos serviços contratados, fazendo prova deles quando requerido e responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições competentes, com total isenção da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo;

6.16. Disponibilizar para operação dos veículos somente motoristas e monitores habilitados e credenciados no DETRAN, que deverão observar rigorosamente o Código Nacional de Trânsito - CNT;

6.17. Atender todas as normas Código de Trânsito Brasileiro;

6.18. Permitir que todos veículos sejam monitorados pela Secretaria Municipal de Educação de Apiacá ou por prestador de serviço da CONTRATANTE.



6.19. Disponibilizar os veículos no dia estabelecido para o início dos serviços e/ou após o recebimento da notificação para autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pelo Contratante, informando, em tempo hábil (24 horas), qualquer motivo impeditivo que impossibilite a Contratada de assumir os serviços conforme o estabelecido;

6.20. Substituir de imediato e de forma automática os veículos que atingirem as idades máximas (em anos) estabelecidas no Termo de Referência” e/ou “Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, contados a partir da data dos correspondentes primeiros licenciamentos;

6.21. Disponibilizar veículos e empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos locais e horários determinados pela contratante, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

6.22. Substituir o veículo a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de acidente, reparos mecânicos, má conservação, condições de segurança, higiene ou limpeza, sob pena de ser considerado como faltante.

6.23. Suprir as imobilizações em até 01 (um) hora, de veículos que estejam transportando ou indo transportar estudantes, por motivos acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra forma de responsabilidade da CONTRATADA, com veículo reserva de características idênticas e nas mesmas condições estabelecidas (Regularidade dos veículos), sob pena de ser considerado como faltante, ficando neste caso, a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas em lei;

6.24. Manter o veículo com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;

6.25. Responsabilizar-se pelas manutenções preventivas e corretivas do veículo, bem como pelas trocas/complementos de óleos, fluidos, filtros, pneus, lâmpadas;

6.26. Responsabilizar-se pela limpeza interna e externa do veículo;

6.27. Arcar com as multas decorrentes de irregularidades na condução, bem como irregularidades fiscais e documentais do veículo;

6.28. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas, compatível com a categoria do veículo e dentro da validade;

6.29. Quando solicitado, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, salvo quando figurar como sócio, situação na qual deverá ser comprovar a participação societária;

6.30. Apresentar documentação comprobatória dos cooperados, no caso de Cooperativa;

6.31. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do CONTRATANTE, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos Condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

6.32. Não permitir que qualquer Condutor e/ou Monitor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

6.33. Comunicar ao Contratante quando da transferência e/ou retirada e substituição de Condutores e/ou Monitores dos itinerários. No caso de substituição ou inclusão, a Contratada deverá apresentar profissionais devidamente habilitados para a prestação dos serviços em acordo com as documentações exigidas;

6.34. Atender às despesas e encargos referentes ao seu pessoal, necessário à execução dos serviços, responsabilizando-se por aquelas de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, e outras;

6.35. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados à Contratante, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos por infração cometida ou por atos executados inadequadamente;



6.36. Responder às ações e/ou reclamações arguidas por terceiros contra a Contratante e arcar com os ônus decorrentes, por prejuízos originados diretamente de causas imputadas ao veículo locado, excluídas as ações decorrentes de danos e lucros cessantes, aos quais, comprovadamente, não tiver dado causa;

6.37. A Contratada deverá estabelecer medidas de segurança e boas práticas focadas no desempenho, informando à Contratante quaisquer adequações, inclusive nas roteirizações, que possam implicar na melhoria do serviço prestado;

6.38. Manter, durante toda execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

6.39. Adotar providências e assumir todas e quaisquer obrigações em caso de acidentes, ou quando em ocorrências da espécie, forem vítimas os prestadores de serviço no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da Contratante;

6.40. Observar o cumprimento da Lei Federal nº 8.723/1993 e suas alterações e Resoluções do CONAMA no que se refere à emissão de ruídos e poluentes por veículos automotores;

6.41. Os veículos deverão conter placa de identificação (ANEXO) no vidro lateral.

6.42. Linhas que tenham alunos menores e/ou igual a 09 (nove) anos necessitam de monitor.

6.43. As linhas poderão sofrer alteração de km de acordo com necessidade da escola, quantitativo de aluno e etc.

6.44. Motorista que busca o aluno tem que ser o mesmo que entrega.

6.45. Carros precisam estar em perfeito estado de conservação.

6.46. Cumprir os rigorosamente horários escolares.

6.47. O motorista só poderá fazer mais de uma linha se os horários forem compatíveis de forma que os alunos não fiquem esperando. Exceto nas linhas compartilhadas que levam os alunos da EEEFM CÂNDIDA PÓVOA e EMEF MARIA DE LOURDES ALVES e CEMEI CASINHA FELIZ que possui o mesmo itinerário e horários de saída e entradas diferentes.

6.48. Os veículos automotores deverão possuir capacidade mínima de passageiros suficiente para atender à quantidade de alunos nas correspondentes linhas, conforme anexo, observado o art. 32 da INSTRUÇÃO DE SERVIÇO nº 074/14 do DETRAN-ES. As linhas precisam de um veículo com capacidade para atender a necessidade dos alunos e monitor caso tenham.

6.49. Os condutores para exercerem as atividades, deverão ser cadastrados junto ao DETRAN/ES, nos termos da Instrução de Serviço nº 74/2014 do DETRAN/ES (e alterações), Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar) e Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 194N DE 22/09/2017.

6.50. A empresa/cooperativa deverá atender todas as recomendações constantes nas Instruções de Serviços (IS):

- IS nº 093/2016 de 23 de junho de 2016 do DETRAN/ES e suas alterações;
- IS nº 194 de 22 de setembro de 2017 do DETRAN/ES, atualizada DIOES em 25/09/2017;
- IS nº 34/2020 de 12 de maio de 2020 do DETRAN/ES, publicação no DIOES 01/07/2020.

No decorrer do contrato, sempre que exigido pela CONTRATANTE será necessária a apresentação da cópia dos documentos abaixo, no prazo máximo de 15 dias:

- a) Termo de Autorização para Transporte Escolar de cada veículo que será utilizado na prestação do serviço, expedido pelo DETRAN/ES e dentro da validade;
- b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de cada veículo que será utilizado na prestação do serviço, referente ao ano em exercício;
- c) Seguro DPVAT devidamente quitado, de cada veículo que será utilizado na prestação do serviço, referente ao ano em exercício;



d) Seguro de Responsabilidade Civil (RC), em acordo com o estabelecido no Preço Referencial homologado pela Portaria nº 023/2024, de cada veículo.

6.51. Disponibilizar veículo com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação e em perfeita condição de utilização e apresentação, com os equipamentos obrigatórios, devidamente registrado e licenciado.

6.52. Seguro de Responsabilidade Civil (RC), em acordo com o estabelecido no Preço Referencial homologado pela Portaria nº 023/2024, de cada veículo, deverá ter cobertura não inferior ao descrito abaixo:

Descrição	Cobertura
Danos Corporais e/ou Materiais Causado A Passageiros	R\$ 200.000,00
Danos Materiais Causados a Terceiros Não Transportados	R\$ 100.000,00
Danos Corporais Causados a Terceiros Não Transportados	R\$ 100.000,00
Único D. M Causados A Passageiros e a Terc. Não Transp. - Lmg	R\$ 10.000,00
APP - Morte Acidental	R\$ 15.000,00
APP - Inv. Permanente por Acidente	R\$ 15.000,00
APP - Despesas Médicas Hospitalares	R\$ 5.000,00
Acidentes Pessoais a Tripulação - Morte Acidental	R\$ 20.000,00
Acidente Pessoais a Tripulação - Inv. Permanente	R\$ 20.000,00
Acidente Pessoal a Tripulação - Despesa Médicas Hospitalares	R\$ 5.000,00

6.53. Autorização de Condutor Escolar do(s) motorista(s) que prestará(ão) o serviço, expedido pelo DETRAN/ES e dentro da validade;

6.54. Autorização de Monitor Escolar do(s) monitor(es) que prestará(ão) o serviço, expedido pelo DETRAN/ES e dentro da validade, quando for o caso;

6.55. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do(s) motorista(s) que realizará(ão) o serviço, compatível com a categoria do veículo e dentro da validade;

6.56. Em caso de empregado, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e declaração do representante legal da empresa confirmando ser este empregado, salvo se figurar como sócio situação na qual deverá ser comprovada a participação societária.

6.57. Quanto à capacidade técnica das cooperativas de transporte

- Em relação às cooperativas será exigida, além da documentação de regularidade dos veículos e profissionais, a documentação descrita abaixo:
- Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas fichas de matrícula;
- Comprovação de posse do veículo, estando o mesmo em nome da cooperativa, ou daquele cooperado que prestará o serviço, nesse caso por meio do CRLV, contrato de comodato ou arrendamento, vinculando o mesmo ao cooperado que constará nas fichas de matrícula.

6.58. São exigências em relação aos condutores:

- Trajar-se adequadamente, usando UNIFORME COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, com camisas com mangas, calças compridas, saias ou bermudas no joelho, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar.



- Ter mais de 21 anos.
- Aprovação em curso para condutor de transporte escolar.
- Apresentar Certidão negativa para crimes específicos previstos no CTB.
- Portar credencial de identificação expedida pelo Detran, indicando que atende às exigências específicas.
- Estar em dia com o exame toxicológico.
- Não ter infrações graves ou gravíssimas, nem reincidência em infrações médias nos últimos 12 meses.
- Possuir habilitação para dirigir veículos da categoria “D” ou “E”.
- Emitir a Carteira no sistema SIT/RENACH, através do menu “Corporativo”, submenu “Transporte Escolar” e portá-la enquanto presta o serviço de Transporte Escolar.
- Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem.
- Tratar com urbanidade os estudantes e o público.
- Aproximar o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros.
- Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos.
- Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo.

6.59. É vedado aos condutores:

- Fumar, quando estiver conduzindo estudantes.
- Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica.
- O uso de short ou minissaia e calçados abertos que não se fixem aos pés.
- Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos.
- Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes.
- Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros.
- Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito.
- Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro.
- Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento.
- Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido.

6.60. São atribuições dos Monitores:

- Trajar-se adequadamente, usando UNIFORME COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, com camisas com mangas, calças compridas, saia ou bermuda no joelho, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar.
- Emitir a Carteira no sistema SIT/RENACH, através do menu “Corporativo”, submenu “Transporte Escolar” para acompanhante e portá-la enquanto presta o serviço de Transporte Escolar.
- Apresentar Certidão negativa para crimes específicos previstos no CTB.
- Orientar o embarque e desembarque dos escolares nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros.



- Acompanhar todo o trajeto do veículo até que o último estudante seja entregue na unidade escolar e/ou nos pontos correspondentes a sua linha.
- Tratar com urbanidade os escolares e o público.
- Recolher, registrar, manter guarda e entregar aos escolares no prazo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo.
- Manter as janelas do veículo localizadas juntos aos assentos dos escolares, abertas, quando necessário, mas de maneira a evitar riscos de acidentes com os escolares.
- Manter-se com decoro e correções devidos.
- Orientar os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos.
- Resolver os conflitos ocorridos dentro do veículo escolar por meio do diálogo e orientações quanto aos deveres e responsabilidades de cada um.
- Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros.
- Verificar se todos os escolares transportados encontram-se com o cinto de segurança regularmente afixados.

6.61. São proibições aos monitores:

- Fumar, quando estiver em atividade.
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés.
- Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e com isso causar riscos de acidentes.
- Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento.
- Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica.
- Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei.
- Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie.

07. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços correspondentes.

7.2. Apoiar logística e administrativamente a execução dos serviços, controlando a utilização dos mesmos, através de formulário próprio e contato permanente com a CONTRATADA.

7.3. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários aos profissionais para a prestação dos serviços.

7.4. Notificar a contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do Contrato.

7.5. Fiscalizar os serviços, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir rigorosamente os prazos e condições do Contrato.

7.6. Coordenar reuniões técnicas com responsáveis da Contratada, sempre que julgar necessário, ao longo do contrato;

7.7. Facilitar, por todos os meios, o cumprimento da execução do contrato, dando acesso e promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os profissionais da Contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;



7.8. Prestar aos profissionais da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços a serem executados;

7.9. Acompanhar a execução dos procedimentos relativos à execução do serviço de transporte escolar realizados pela empresa contratada;

7.10. A CONTRATANTE poderá inspecionar regularmente os veículos e, caso constatare alguma irregularidade, deverá notificar a Contratada;

7.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.12. Acompanhar e avaliar os resultados das ações propostas neste Termo de Referência;

7.13. O contratante, reserva-se ao direito de monitorar, in loco, os veículos e profissionais que prestarão o serviço para avaliar a execução do contrato, a qualquer momento.

7.14. Notificar o contratado e solicitar as devidas providências, caso seja identificado qualquer intercorrência ou falha na execução do contrato.

7.15. Conceder prazo de 01 (um) dia útil, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas;

7.16. Comunicar, por escrito, à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções formalmente por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.18. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;

7.19. Remunerar a contratada conforme cronograma de pagamento físico-financeiro e de acordo com o custo fixo e o custo variável, estabelecido em contrato pelo serviço efetivamente prestado.

7.20. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com as normas e especificações técnicas indicadas no Termo de Referência e/ou na Proposta Comercial da Contratada;

7.21. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares quando ocorrerem fatos que ensejem a apuração de falhas, inexecução ou execução inadequada do objeto contratado;

7.22. Desempenhar quaisquer outras atribuições compatíveis com as suas atribuições neste instrumento e que sejam necessárias ao efetivo alcance da obrigação;

7.23. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do disposto previsto neste Termo de Referência.

08. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão conforme o inciso I, Art. 28 da Lei Federal nº 14.133/21, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, inciso I, do Art. 33, da Lei Federal 14.133/2021, e pelo modo de disputa aberto.

8.2. Após a fase de lances, será desclassificada a proposta que contiver preços unitários e/ou global superiores ao balizado no Termo de Referência.

8.3. A adoção dos referidos critérios, justifica-se pela própria natureza comum dos serviços, conforme caracterização do serviço pormenorizado do Termo de Referência, que enseja o modo de



disputa aberto com a finalidade de obter o menor preço em consonância com inciso I, §2º do Art. 56, da Lei Federal 14.133/2021.

8.4. O fornecimento do objeto, será realizado em conformidade com este Termo de Referência.

09. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO FUTURO CONTRATO

O prazo de vigência contratual terá início a partir da data da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado, e terá duração de 12 (doze) meses estimando-se aproximadamente 230 (duzentos e trinta) dias letivos, podendo ser prorrogado, conforme estabelece o artigo 106 e 107 da Lei Federal nº. 14.133/21.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata este Termo de Referência correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: PNATE, PETE-SEDU, QSE, MDE e FUNDEB.

11. DOS PREÇOS E TRAJETOS (LINHAS)

Os trajetos e preços de referência foram baseados em tabelas já contidas nestes autos, estipulados em linhas e horários de forma a otimizar e facilitar o transporte dos alunos, definidas com base nas regionalizações das rotas e escolas atendidas.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços objeto do Contrato a ser firmado, o valor apurado na minuta Contratual, de acordo com os dias letivos previstos no calendário escolar.

12.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcelas mensais, no período em que efetivamente ficarem à sua disposição o(s) veículo(s) fretado(s), de acordo com a fiscalização.

12.3. O pagamento dos serviços ajustado no contrato será efetuado através de crédito bancário, até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os serviços efetivamente executados, devidamente atestados por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

12.4. Eventuais atrasos nos pagamentos das parcelas não serão penalizados com acréscimos pecuniários de qualquer natureza.

12.5. Da emissão da nota fiscal constará o número do Contrato.

12.6. Junto com a Fatura a CONTRATADA deverá apresentar ainda:

a) Certidões Negativas das Receitas Federal, Estadual e Municipal;

b) Certidão Negativa do INSS;

c) Certidão Negativa do FGTS; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

12.7. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

12.8. As Notas Fiscais deverão observar os preços da proposta aceita e, após, conferidas e visadas, serão encaminhadas para processamento e posterior pagamento.

12.9. Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal.



12.10. Os pagamentos poderão ser sustados pela Prefeitura Municipal de APIACÁ nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de qualquer forma, prejudicar o CONTRATANTE;
- b) erros ou vícios nas Notas Fiscais;
- c) não apresentação da documentação exigida.

13. DA EXECUÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria de Educação. A administração indicará um gestor do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

14. DOS ENCARGOS

O proponente CONTRATADO assumirá toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e obrigações sociais, comprometendo-se a saldá-los à época própria, ficando ajustado que seus empregados não manterão vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

15. ÍNDICE DE REAJUSTE

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece regras gerais para licitações e contratos administrativos, incluindo questões de reajuste de preços. O índice de reajuste deve ser definido no contrato, nesse sentido seguiremos os seguintes princípios:

- ✓ O índice de reajuste a ser utilizado será o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado);
- ✓ Pesquisa de Preço e Planilha de Custo Referencial – Município de Apiacá – Fornecido pela SEDU-ES;
- ✓ A Lei nº 14.133/2021 estabelece que o reajuste não pode ocorrer de maneira indiscriminada, devendo ser vinculado à variação dos custos e índices previamente acordados, e levando em conta a necessidade de balanceamento entre as partes para garantir a manutenção da proposta contratual sem comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com dotação orçamentária a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças, a quem cabe a gestão orçamentária.

16. FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização é de responsabilidade dos funcionários listados a seguir que forma designados para tal função:

NOME	FUNÇÃO	DECRETO/PORTARIA
FERNANDA RAMOS PEREIRA	Secretária Municipal de Educação	Portaria 1877/2025 de 02 de janeiro de 2025
RONILSON MACHARETE DE ANDRADE	Coordenador do Transporte Escolar	Portaria N°1.208 de 09/03/2022



Os responsáveis pela fiscalização do futuro certame, registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cujas cópias serão encaminhadas a licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

17. DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Na realização deste procedimento licitatório, nas atividades a serem executadas ao longo do contrato, será exigida como qualidade mínima a disposta na seguinte legislação:

- Constituição Federal, Art. 205, Art. 206, inciso I e Art. 208, inciso VII;
- Lei nº 9.394/96 e suas alterações, Art. 10, inciso VII;
- Lei nº 8.069/90, Art. 54, inciso VII;
- Lei Federal nº. 14133 de 01 abril de 2021.
- Lei nº 10.520/2002.
- Lotes por Veículo das Linhas Estaduais e Compartilhadas;
- Mapas das Linhas Estaduais e Compartilhadas;
- Calendário Escolar Municipal;
- Calendário Escolar Ensino Regular Estadual Diurno;
- Calendário Escolar EJA Noturno;
- Manual para Gestão do Transporte Escolar;
- Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01-R, de 08 de agosto de 2020;
- Portaria nº 013-R de 28/01/2021 – Estabelece Normas, Procedimentos de execução, acompanhamento e prestação de contas dos recursos financeiros do PETE/ES – Programa Estadual de Transporte Escolar;
- Lei nº 9.999 – Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Espírito Santo.
- Instrução de Serviço N N° 93, de 23 de Junho de 2016.
- Portaria N° 036-R, de 19 de abril de 2013 (DO-ES 22/04/2013)
- Folder MPES (Anexo);
- Portaria N° 043-R, de 31 de março de 2016 (DO-ES 01/04/2016)
- DECRETO N° 3277-R, DE 09 DE ABRIL DE 2013. Regulamenta o funcionamento do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE/ES, instituído pela Lei nº 9.999/2013.
- PARECER/CONSULTA TC-018/2015 - PLENÁRIO / PROCESSO - TC-12625/2015

Secretaria Municipal de Educação de Apiacá – ES, ____ de _____ de 2025.


Atenciosamente,

FERNANDA RAMOS PEREIRA
Secretária Municipal de Educação de Apiacá – ES
Portaria 1877/2025 de 02 de janeiro de 2025



ANEXO

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO

 LINHA		
ITINERÁRIO:		
TURNO: MATUTINO	PODER PUBLICO: COMPARTILHADA	
KM DIÁRIO:	ESCOLAS DESTINO: ESCOLA	
NOME DO MOTORISTA:		NOME DO MONITOR:
PLACA DO VEÍCULO:	ANO DO VEÍCULO:	VALIDADE TERMO AUTORIZAÇÃO:
EMPRESA:		CNPJ:
A Serviço da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES		

Placa de Identificação do Veículo no tamanho 15cmx15cm



Prefeitura Municipal de Apiacá



ANEXO III - MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000003/2026-PMA

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ nº, representada por, portador (a) do Documento de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da Lei, especialmente o art. 63, I, IV e § 1º, da lei nº 14.133/2021, que

- a) atende aos requisitos de habilitação;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- d) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- e) não possui em seu quadro de empregado (s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em atendimento ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f) inexistem, no quadro da empresa de sócios ou empregados, vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Apiacá-ES e/ou do Fundo Municipal de Saúde de Apiacá, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
- g) **PARA ME's / EPP's**: no ano em que se realiza a licitação ainda não celebrou contratos com a Administração Pública em valores que extrapolem a receita bruta máxima admitida para o respectivo enquadramento, conforme art. 4º, § 2º, da Lei 14.133/2021.

(.....Local e Data.....).

.....

(Nome legível e assinatura do representante legal da empresa)



Prefeitura Municipal de Apiacá



Empresa: _____

CNPJ nº _____

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000003/2026-PMA

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES

CONTRATO

Nº ____/2026-PMA

Proc. nº 003731/2025;

ID CiudadES TCE-ES nº 2026.008E0700001.01.0003;

Pregão Eletrônico nº 000003/2026;

*CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES E A EMPRESA*
.....

DAS PARTES:

I - MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Alameda Dr. Moacyr Tardin Figueiredo - Centro - Apiacá-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.604/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Márcio José de Melo Chierici, CPF nº 014.159.597-30, RG nº 918366 SSP ES, doravante denominado **CONTRATANTE**;



Prefeitura Municipal de Apiacá



II -, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na - CEP.:, representada por, CPF nº e RG nº, doravante denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II):

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de a (o) **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação encontra-se detalhado com quantitativo, preço (s) unitário (s) e fornecedor no Anexo Único ao presente contrato.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES**, contados do (a) da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Apiacá



4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO:

5.1. O valor total da contratação é de **RS..... (.....)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços objeto do Contrato a ser firmado, o valor apurado na minuta Contratual, de acordo com os dias letivos previstos no calendário escolar.

6.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcelas mensais, no período em que efetivamente ficarem à sua disposição o(s) veículo(s) fretado(s), de acordo com a fiscalização.

6.3. O pagamento dos serviços ajustado no contrato será efetuado através de crédito bancário, até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os serviços efetivamente executados, devidamente atestados por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo.

6.4. Eventuais atrasos nos pagamentos das parcelas não serão penalizados com acréscimos pecuniários de qualquer natureza.

6.5. Da emissão da nota fiscal constará o número do Contrato.

6.6. Junto com a Fatura a CONTRATADA deverá apresentar ainda:

- a) Certidões Negativas das Receitas Federal, Estadual e Municipal;
- b) Certidão Negativa do INSS;
- c) Certidão Negativa do FGTS; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

6.7. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

6.8. As Notas Fiscais deverão observar os preços da proposta aceita e, após, conferidas e visadas, serão encaminhadas para processamento e posterior pagamento.

6.9. Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal.



Prefeitura Municipal de Apiacá



6.10. Os pagamentos poderão ser sustados pela Prefeitura Municipal de APIACÁ nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de qualquer forma, prejudicar o CONTRATANTE;
- b) erros ou vícios nas Notas Fiscais;
- c) não apresentação da documentação exigida.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, com data base em **29/10/2025**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IGP-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1. Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços correspondentes.

8.2. Apoiar logística e administrativamente a execução dos serviços, controlando a utilização dos mesmos, através de formulário próprio e contato permanente com a CONTRATADA.

8.3. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários aos profissionais para a prestação dos serviços.

8.4. Notificar a contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do Contrato.

8.5. Fiscalizar os serviços, através de seus representantes, de forma a fazer cumprir rigorosamente os prazos e condições



Prefeitura Municipal de Apiacá



do Contrato.

- 8.6. Coordenar reuniões técnicas com responsáveis da Contratada, sempre que julgar necessário, ao longo do contrato;
 - 8.7. Facilitar, por todos os meios, o cumprimento da execução do contrato, dando acesso e promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os profissionais da Contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
 - 8.8. Prestar aos profissionais da Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços a serem executados;
 - 8.9. Acompanhar a execução dos procedimentos relativos à execução do serviço de transporte escolar realizados pela empresa contratada;
 - 8.10. A CONTRATANTE poderá inspecionar regularmente os veículos e, caso constate alguma irregularidade, deverá notificar a Contratada;
 - 8.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
 - 8.12. Acompanhar e avaliar os resultados das ações propostas neste Termo de Referência;
 - 8.13. O contratante, reserva-se ao direito de monitorar, in loco, os veículos e profissionais que prestarão o serviço para avaliar a execução do contrato, a qualquer momento.
 - 8.14. Notificar o contratado e solicitar as devidas providências, caso seja identificado qualquer intercorrência ou falha na execução do contrato.
 - 8.15. Conceder prazo de 01 (um) dia útil, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas;
 - 8.16. Comunicar, por escrito, à Contratada qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções formalmente por ela propostas sejam as mais adequadas;
 - 8.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 8.18. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
 - 7.19. Remunerar a contratada conforme cronograma de pagamento físico-financeiro e de acordo com o custo fixo e o custo variável, estabelecido em contrato pelo serviço efetivamente prestado.
 - 8.20. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com as normas e especificações técnicas indicadas no Termo de Referência e/ou na Proposta Comercial da Contratada;
 - 8.21. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares quando ocorrerem fatos que ensejem a apuração de falhas, inexecução ou execução inadequada do objeto contratado;
 - 8.22. Desempenhar quaisquer outras atribuições compatíveis com as suas atribuições neste instrumento e que sejam necessárias ao efetivo alcance da obrigação;
 - 8.23. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do disposto previsto neste Termo de Referência.
-



Prefeitura Municipal de Apiacá



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

- 9.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
 - 9.2. Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado.
 - 9.3. Cumprir rigorosamente os prazos contratuais.
 - 9.4. Assumir todos e quaisquer ônus com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e impostos operacionais decorrentes deste contrato, ficando excluído a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades perante terceiros por parte de atos decorrentes dos empregados da CONTRATADA.
 - 9.5. Assumir total responsabilidade por danos causados à Prefeitura Municipal de Apiacá ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, isentando-o de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos e seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução da prestação dos serviços.
 - 9.6. Desenvolver os serviços objeto deste Contrato sempre em regime de entendimento com a fiscalização.
 - 9.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 9.8. Após assinatura do contrato, a Empresa vencedora deverá ter em seu poder os seguintes documentos:
 - a) Termo de autorização atualizado e no interior do veículo;
 - b) Selo de conformidade emitido pela Instituição Técnica licenciada pelo DETRAN/ES e se o mesmo está na validade (1º semestre 2013/ 2º semestre de 2013/1º semestre 2014);
 - c) crachá de credenciamento de condutor emitido pelo DETRAN/ES;
 - 9.9. Adesivar os veículos contratados nos padrões estabelecidos pelo DETRAN/ES, como veículo ESCOLAR a serviço da Prefeitura Municipal de Apiacá - ES.
 - 9.10. Prestar os serviços e executar a entrega dos quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência, considerando as especificidades de cada item que compõe o objeto;
 - 9.11. Após a assinatura do contrato e antes do início da execução e/ou sempre que exigido pela CONTRATANTE será necessária a apresentação da cópia dos documentos DOCUMENTOS PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL, no prazo máximo de 10 dias, a contar da data da formalização do pedido pela administração.
 - 9.12. Participar de reuniões convocadas pela Contratante com o objetivo de planejar e receber as orientações para o desenvolvimento dos trabalhos, bem como promover reuniões sempre que as partes julgarem necessárias;
 - 9.13. Estabelecer contato permanente com gestor e/ou fiscal do contrato durante a execução do serviço, a fim de manter a fiscalização informada, bem como para encaminhamentos acerca de possíveis imprevistos;
 - 9.14. Manter a regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência do contrato;
 - 9.15. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais, que possam advir dos serviços contratados, fazendo prova deles quando requerido e responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições competentes, com total isenção da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo;
 - 9.16. Disponibilizar para operação dos veículos somente motoristas e monitores habilitados e credenciados no DETRAN,
-



Prefeitura Municipal de Apiacá



que deverão observar rigorosamente o Código Nacional de Trânsito - CNT;

9.17. Atender todas as normas Código de Trânsito Brasileiro;

9.18. Permitir que todos veículos sejam monitorados pela Secretaria Municipal de Educação de Apiacá ou por prestador de serviço da CONTRATANTE.

9.19. Disponibilizar os veículos no dia estabelecido para o início dos serviços e/ou após o recebimento da notificação para autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pelo Contratante, informando, em tempo hábil (24 horas), qualquer motivo impeditivo que impossibilite a Contratada de assumir os serviços conforme o estabelecido;

9.20. Substituir de imediato e de forma automática os veículos que atingirem as idades máximas (em anos) estabelecidas no Termo de Referência" e/ou "Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, contados a partir da data dos correspondentes primeiros licenciamentos;

9.21. Disponibilizar veículos e empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos locais e horários determinados pela contratante, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

9.22. Substituir o veículo a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de acidente, reparos mecânicos, má conservação, condições de segurança, higiene ou limpeza, sob pena de ser considerado como faltante.

9.23. Suprir as imobilizações em até 01 (um) hora, de veículos que estejam transportando ou indo transportar estudantes, por motivos acidente, legalização, manutenção ou por qualquer outra forma de responsabilidade da CONTRATADA, com veículo reserva de características idênticas e nas mesmas condições estabelecidas (Regularidade dos veículos), sob pena de ser considerado como faltante, ficando neste caso, a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas em lei;

9.24. Manter o veículo com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;

9.25. Responsabilizar-se pelas manutenções preventivas e corretivas do veículo, bem como pelas trocas/complementos de óleos, fluidos, filtros, pneus, lâmpadas;

9.26. Responsabilizar-se pela limpeza interna e externa do veículo;

9.27. Arcar com as multas decorrentes de irregularidades na condução, bem como irregularidades fiscais e documentais do veículo;

9.28. Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas, compatível com a categoria do veículo e dentro da validade;

9.29. Quando solicitado, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, salvo quando figurar como sócio, situação na qual deverá ser comprovar a participação societária;

9.30. Apresentar documentação comprobatória dos cooperados, no caso de Cooperativa;

9.31. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se com que mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal do CONTRATANTE, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos Condutores, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

9.32. Não permitir que qualquer Condutor e/ou Monitor se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

9.33. Comunicar ao Contratante quando da transferência e/ou retirada e substituição de Condutores e/ou Monitores dos itinerários. No caso de substituição ou inclusão, a Contratada deverá apresentar profissionais devidamente habilitados



Prefeitura Municipal de Apiacá



para a prestação dos serviços em acordo com as documentações exigidas;

9.34. Atender às despesas e encargos referentes ao seu pessoal, necessário à execução dos serviços, responsabilizando-se por aquelas de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho, e outras;

9.35. Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos diretos, comprovados, causados à Contratante, na execução das obrigações assumidas, respondendo por perdas e danos por infração cometida ou por atos executados inadequadamente;

9.36. Responder às ações e/ou reclamações arguidas por terceiros contra a Contratante e arcar com os ônus decorrentes, por prejuízos originados diretamente de causas imputadas ao veículo locado, excluídas as ações decorrentes de danos e lucros cessantes, aos quais, comprovadamente, não tiver dado causa;

9.37. A Contratada deverá estabelecer medidas de segurança e boas práticas focadas no desempenho, informando à Contratante quaisquer adequações, inclusive nas roteirizações, que possam implicar na melhoria do serviço prestado;

9.38. Manter, durante toda execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.39. Adotar providências e assumir todas e quaisquer obrigações em caso de acidentes, ou quando em ocorrências da espécie, forem vítimas os prestadores de serviço no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da Contratante;

9.40. Observar o cumprimento da Lei Federal nº 8.723/1993 e suas alterações e Resoluções do CONAMA no que se refere à emissão de ruídos e poluentes por veículos automotores;

9.41. Os veículos deverão conter placa de identificação (modelo fornecido pela Secretaria de Educação) no vidro lateral.

9.42. Linhas que tenham alunos menores e/ou igual a 09 (nove) anos necessitam de monitor.

9.43. As linhas poderão sofrer alteração de km de acordo com necessidade da escola, quantitativo de aluno e etc.

9.44. Motorista que busca o aluno tem que ser o mesmo que entrega.

9.45. Carros precisam estar em perfeito estado de conservação.

9.46. Cumprir os rigorosamente horários escolares.

9.47. O motorista só poderá fazer mais de uma linha se os horários forem compatíveis de forma que os alunos não fiquem esperando. Exceto nas linhas compartilhadas que levam os alunos da EEEFM CÂNDIDA PÓVOA e EMEF MARIA DE LOURDES ALVES e CEMEI CASINHA FELIZ que possui o mesmo itinerário e horários de saída e entradas diferentes.

9.48. Os veículos automotores deverão possuir capacidade mínima de passageiros suficiente para atender à quantidade de alunos nas correspondentes linhas, conforme anexo, observado o art. 32 da INSTRUÇÃO DE SERVIÇO nº 074/14 do DETRAN-ES. As linhas precisam de um veículo com capacidade para atender a necessidade dos alunos e monitor caso tenham.

9.49. Os condutores para exercerem as atividades, deverão ser cadastrados junto ao DETRAN/ES, nos termos da Instrução de Serviço nº 74/2014 do DETRAN/ES (e alterações), Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar) e Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 194N DE 22/09/2017.

6.50. A empresa/cooperativa deverá atender todas as recomendações constantes nas Instruções de Serviços (IS):



Prefeitura Municipal de Apiacá



- IS nº 093/2016 de 23 de junho de 2016 do DETRAN/ES e suas alterações;
- IS nº 194 de 22 de setembro de 2017 do DETRAN/ES, atualizada DIOES em 25/09/2017;
- IS nº 34/2020 de 12 de maio de 2020 do DETRAN/ES, publicação no DIOES 01/07/2020.

No decorrer do contrato, sempre que exigido pela CONTRATANTE será necessária a apresentação da cópia dos documentos abaixo, no prazo máximo de 15 dias:

- a) Termo de Autorização para Transporte Escolar de cada veículo que será utilizado na prestação do serviço, expedido pelo DETRAN/ES e dentro da validade;
- b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de cada veículo que será utilizado na prestação do serviço, referente ao ano em exercício;
- c) Seguro DPVAT devidamente quitado, de cada veículo que será utilizado na prestação do serviço, referente ao ano em exercício;
- d) Seguro de Responsabilidade Civil (RC), em acordo com o estabelecido no Preço Referencial homologado pela Portaria nº 023/2024, de cada veículo.

6.51. Disponibilizar veículo com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação e em perfeita condição de utilização e apresentação, com os equipamentos obrigatórios, devidamente registrado e licenciado.

6.52. Seguro de Responsabilidade Civil (RC), em acordo com o estabelecido no Preço Referencial homologado pela Portaria nº 023/2024, de cada veículo, deverá ter cobertura não inferior ao descrito abaixo:

- I. Danos Corporais e/ou Materiais Causado A Passageiros / R\$ 200.000,00
- II. Danos Materiais Causados a Terceiros Não Transportados / R\$ 100.000,00
- III. Danos Corporais Causados a Terceiros Não Transportados / R\$ 100.000,00
- IV. D. M Causados A Passageiros e a Terc. Não Transp. - Lmg Único / R\$ 10.000,00
- V. APP - Morte Acidental / R\$ 15.000,00
- VI. APP - Inv. Permanente por Acidente / R\$ 15.000,00
- VII. APP - Despesas Médicas Hospitalares / R\$ 5.000,00
- VIII. Acidentes Pessoais a Tripulação - Morte Acidental / R\$ 20.000,00
- IX. Acidente Pessoais a Tripulação - Inv. Permanente / R\$ 20.000,00
- X. Acidente Pessoal a Tripulação - Despesa Médicas Hospitalares / R\$ 5.000,00

6.53. Autorização de Condutor Escolar do(s) motorista(s) que prestará(ão) o serviço, expedido pelo DETRAN/ES e dentro da validade;

6.54. Autorização de Monitor Escolar do(s) monitor(es) que prestará(ão) o serviço, expedido pelo DETRAN/ES e dentro da validade, quando for o caso;

6.55. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do(s) motorista(s) que realizará(ão) o serviço, compatível com a categoria



Prefeitura Municipal de Apiacá



do veículo e dentro da validade;

6.56. Em caso de empregado, apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e declaração do representante legal da empresa confirmando ser este empregado, salvo se figurar como sócio situação na qual deverá ser comprovada a participação societária.

6.57. Quanto à capacidade técnica das cooperativas de transporte

- a) Em relação às cooperativas será exigida, além da documentação de regularidade dos veículos e profissionais, a documentação descrita abaixo:
- b) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas fichas de matrícula;
- c) Comprovação de posse do veículo, estando o mesmo em nome da cooperativa, ou daquele cooperado que prestará o serviço, nesse caso por meio do CRLV, contrato de comodato ou arrendamento, vinculando o mesmo ao cooperado que constará nas fichas de matrícula.

6.58. São exigências em relação aos condutores:

- Trajar-se adequadamente, usando UNIFORME COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, com camisas com mangas, calças compridas, saias ou bermudas no joelho, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar.
- Ter mais de 21 anos.
- Aprovação em curso para condutor de transporte escolar.
- Apresentar Certidão negativa para crimes específicos previstos no CTB.
- Portar credencial de identificação expedida pelo Detran, indicando que atende às exigências específicas.
- Estar em dia com o exame toxicológico.
- Não ter infrações graves ou gravíssimas, nem reincidência em infrações médias nos últimos 12 meses.
- Possuir habilitação para dirigir veículos da categoria "D" ou "E".
- Emitir a Carteira no sistema SIT/RENACH, através do menu "Corporativo", submenu "Transporte Escolar" e portá-la enquanto presta o serviço de Transporte Escolar.
- Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem.
- Tratar com urbanidade os estudantes e o público.
- Aproximar o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros.
- Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos.
- Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo.

6.59. É vedado aos condutores:



Prefeitura Municipal de Apiacá



- Fumar, quando estiver conduzindo estudantes.
- Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica.
- O uso de short ou minissaia e calçados abertos que não se fixem aos pés.
- Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos.
- Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes.
- Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros.
- Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito.
- Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro.
- Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento.
- Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido.

6.60. São atribuições dos Monitores:

- Trajar-se adequadamente, usando UNIFORME COM IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, com camisas com mangas, calças compridas, saia ou bermuda no joelho, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar.
 - Emitir a Carteira no sistema SIT/RENACH, através do menu "Corporativo", submenu "Transporte Escolar" para acompanhante e portá-la enquanto presta o serviço de Transporte Escolar.
 - Apresentar Certidão negativa para crimes específicos previstos no CTB.
 - Orientar o embarque e desembarque dos escolares nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros.
 - Acompanhar todo o trajeto do veículo até que o último estudante seja entregue na unidade escolar e/ou nos pontos correspondentes a sua linha.
 - Tratar com urbanidade os escolares e o público.
 - Recolher, registrar, manter guarda e entregar aos escolares no prazo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo.
 - Manter as janelas do veículo localizadas juntos aos assentos dos escolares, abertas, quando necessário, mas de maneira a evitar riscos de acidentes com os escolares.
 - Manter-se com decoro e correções devidos.
 - Orientar os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos.
-



Prefeitura Municipal de Apiacá



- Resolver os conflitos ocorridos dentro do veículo escolar por meio do diálogo e orientações quanto aos deveres e responsabilidades de cada um.
- Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros.
- Verificar se todos os escolares transportados encontram-se com o cinto de segurança regularmente afixados.

6.61. São proibições aos monitores:

- Fumar, quando estiver em atividade.
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés.
- Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e com isso causar riscos de acidentes.
- Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento.
- Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica.
- Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei.
- Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:

10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria de Educação. A administração indicará um gestor do contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

10.2. É designado (a) para fiscal do Contrato o (a) seguinte funcionário (a):

Nome: _____;

CPF nº: _____;

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



Prefeitura Municipal de Apiacá



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. Moratória de 0,2 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 %;
2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita nas alíneas "b", "e", "f" e "g" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "h" do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



Prefeitura Municipal de Apiacá



contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



Prefeitura Municipal de Apiacá



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010).



Prefeitura Municipal de Apiacá



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

070002.1236100072.029 - Manutenção do Transporte Escolar

33903900000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

150000250000 - Receita de impostos e de transferência de impostos - MDE - Ficha 256

154000300000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e transferências de impostos - 30% - Ficha 256

155000000000 - Transferência do Salário Educação - Ficha 256

155300000000 - Transferências de recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) - Ficha 256

157600000000 - Transferências de recursos dos Estados para programa de educação - Ficha 256

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



Prefeitura Municipal de Apiacá



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º):

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Apiacá-ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

Apiacá-ES, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE APIACÁ-ES
Representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal
Márcio José de Melo Chierici
CONTRATANTE

.....
Representada por
CONTRATADA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

1 - Nome: _____.

CPF nº: _____.